REVISTA PERCURSO

RUY MAURO MARINI E A TEORIA DO SUBIMPERIALISMO BRASILEIRO: UM PARALELO COM OS GOVERNOS LULA E DILMA

Alexandre Luís Ponce Martins

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá – UEM - PR
Docente temporário na Universidade Estadual de Maringá – UEM - PR, Câmpus Sede
Docente na Universidade Cesumar – UniCesumar, Câmpus Sede, Maringá – PR
poncemartins@hotmail.com

RESUMO: Este trabalho analisa a trajetória do Brasil como uma potência subimperialista, considerando sua posição regional e sua influência no contexto do MERCOSUL e da América do Sul entre os anos de 2003 e 2014. A análise é realizada a partir da perspectiva de Ruy Mauro Marini, conforme exposta por Luce (2011), para compreender a cooperação antagônica do Brasil com os Estados Unidos e o papel do país na configuração do mercado mundial e regional. Durante esse período, o Brasil consolidou-se como um ator central na política e na economia da América do Sul, adotando um modelo de exportação de capital que visava não apenas expandir sua hegemonia regional, mas também ampliar sua presença global. Nesse contexto, os pressupostos metodológicos utilizados envolvem a aplicação da análise dialética, respaldada pela obtenção de dados secundários que orientam a compreensão da política brasileira naquele período.
Palavras-chave: MERCOSUL, Geopolítica, Território, Lula, Dilma.

RUY MAURO MARINI AND THE THEORY OF BRAZILIAN SUBIMPERIALISM: A PARALLEL WITH THE LULA AND DILMA GOVERNMENTS

ABSTRACT: This paper analyzes Brazil's trajectory as a subimperialist power, considering its regional position and influence in the context of MERCOSUR and South America between 2003 and 2014. The analysis is conducted from the perspective of Ruy Mauro Marini, as outlined by Luce (2011), to understand Brazil's antagonistic cooperation with the United States and the country's role in shaping both the global and regional markets. During this period, Brazil consolidated itself as a central actor in South American politics and economics, adopting a capital export model aimed at not only expanding its regional hegemony but also increasing its

global presence. In this context, the methodological assumptions used involve applying dialectical analysis, supported by the gathering of secondary data that guides the understanding of Brazilian politics during that period.
Keywords: MERCOSUR, Geopolitics, Territory, Lula, Dilma.

INTRODUÇÃO

Este trabalho, fruto de uma pesquisa aprofundada realizada no âmbito de uma dissertação de mestrado, busca desenvolver uma análise detalhada que explora a possibilidade de uma prática subimperialista brasileira no contexto dos governos federais ocorridos entre os anos de 2003 e 2014. Este período, marcado pela ascensão dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, é caracterizado por uma política externa ativa e pela expansão significativa da atuação brasileira em territórios da América Latina, África e entre outros espaços antes considerados marginalizados.

Ruy Mauro Marini, um dos expoentes da Teoria Marxista da Dependência, cunhou o termo subimperialismo para descrever o papel do Brasil no sistema capitalista mundial durante o período da ditadura militar (1964-1985). A partir de sua análise, Marini identifica características específicas que diferenciam o Brasil de outras nações periféricas, posicionando-o como uma economia dependente, mas com um papel ativo na exploração de outras regiões periféricas, especialmente na América Latina.

A análise proposta pretende investigar como o conceito de subimperialismo, originalmente formulado por Ruy Mauro Marini no contexto da Teoria Marxista da Dependência, pode ser aplicado ou reinterpretado à luz das práticas de política externa e econômica adotadas pelo Brasil nesse intervalo de tempo.

Nesse sentido, o material deixado por Ruy Mauro Marini (1977) foi de significativa contribuição, uma vez que, ainda em meados das décadas de 1970 e 1980, o autor observava uma atuação brasileira que se encaixava em uma escala inferior no que se refere às perspectivas imperialistas destacadas até então.

A partir dessa perspectiva, Luce (2007 e 2011) buscou ressignificar a teoria do subimperialismo por meio dos escritos de Marini, que, até então, estavam desarticulados. As categorias fundamentais do subimperialismo, de acordo com tal viés incluem: a política de

hegemonia regional, a cooperação antagônica, o esquema tripartite de realização do capital e a composição orgânica média do capital. Essas categorias têm como base a superexploração do trabalho, que sustenta a reprodução do capital sob a forma subimperialista. Com base nesses pressupostos, estabelece-se, então, uma analogia entre a teoria do subimperialismo presente nas obras de Marini e a síntese apresentada por Luce em sua tese (2011).

POLÍTICA DE HEGEMONIA REGIONAL DO BRASIL

A questão da hegemonia apresenta uma complexidade significativa, pois pode ser analisada tanto a partir de uma perspectiva nacional quanto internacional. Nesse sentido, fica evidente que há diferentes escalas de atuação hegemônica. Essas escalas, no entanto, muitas vezes podem ser insuficientes para assegurar a posição de liderança de um determinado Estado com relativa supremacia, permitindo o surgimento de atores contra-hegemônicos. Para manter tal status, o Estado que aspira a essa posição de poder deve assegurar sua liderança por meio de aspectos intelectuais e diretivos, evitando recorrer à força. Isso se dá porque os sujeitos a serem hegemonizados devem, idealmente, contribuir voluntariamente para um futuro avanço econômico comum.

No caso do Brasil, destaca-se sua posição hegemônica no contexto da América do Sul e do MERCOSUL, especialmente no âmbito econômico. Ainda que o MERCOSUL não tenha atingido todos os seus objetivos iniciais, é notável que o Brasil seja o maior beneficiado pelas trocas comerciais internas ao bloco, tanto na importação quanto na exportação de mercadorias. Esse cenário tem se intensificado desde o início do século XXI, apesar de algumas irregularidades no percurso. Quando se analisam os países individualmente, observa-se o mesmo padrão: o Brasil possui uma vantagem significativa no comércio bilateral com Argentina, Paraguai e Uruguai. (MARTINS, 2016).

Dessa forma, é possível concluir, preliminarmente, que os acordos firmados por meio do MERCOSUL estabelecem uma posição de hegemonia do Brasil em relação aos demais Estados membros. Essa hegemonia, entretanto, é predominantemente diretiva e não coercitiva, caracterizando-se por sua base consensual.

Além do aspecto econômico, tais dinâmicas se expandem para o âmbito social. O Brasil, como principal referência econômica próxima, tem influenciado seus vizinhos de maneira significativa. Diversos países sul-americanos, como se pode observar a partir da Figura 1, a

seguir, têm promovido o ensino da língua portuguesa nas escolas, resultado de acordos bilaterais, conforme indicam Savedra (2009) e Bugel (2012). Essas medidas visam facilitar futuras interações comerciais com o Brasil, preparando a população local para eventuais parcerias.

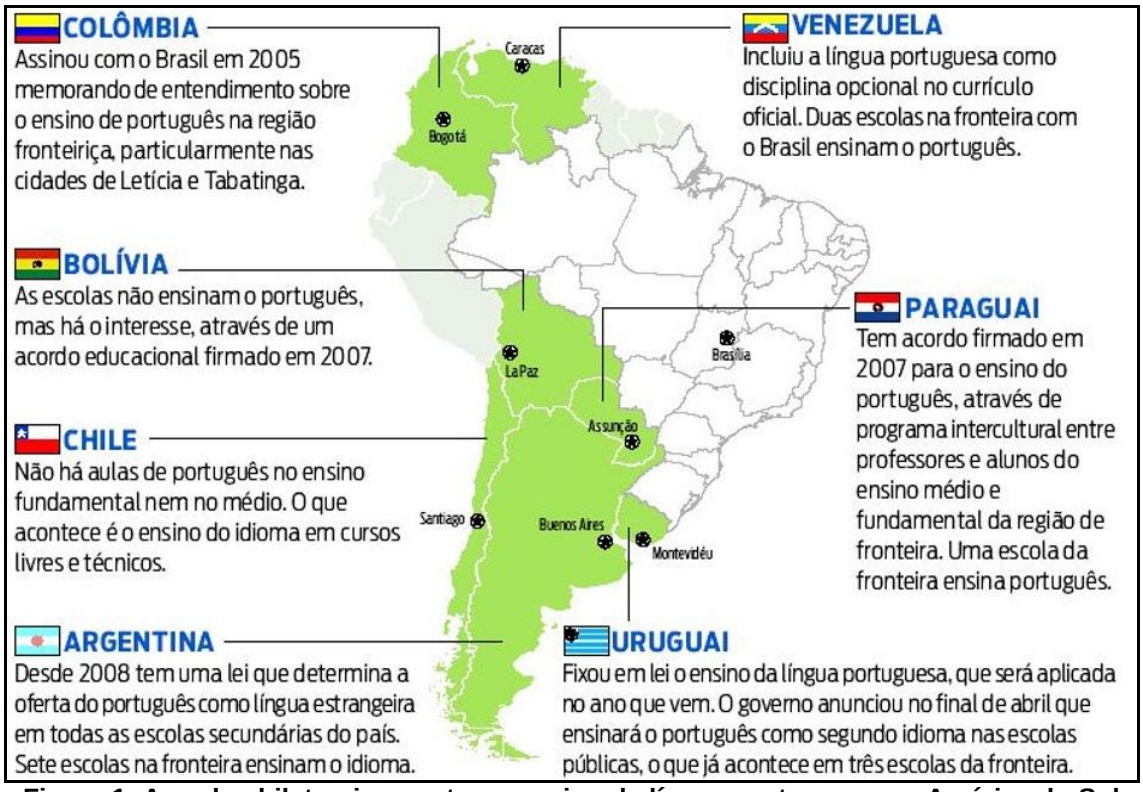

Figura 1: Acordos bilaterais quanto ao ensino de língua portuguesa na América do Sul
Fonte: MRE e Gazeta do Povo, 2009.

Os acordos apresentados na Figura 1 destacam a crescente importância da língua portuguesa nos últimos anos. Todos os países integrantes do MERCOSUL, inclusive, estão envolvidos em convênios que visam à ampliação do uso e do ensino do português no subcontinente sul-americano. Assim, o aspecto cultural também tem desempenhado um papel relevante nesse processo, reforçando a influência hegemônica brasileira na região.

A expressão hegemônica brasileira ocorre em um grau inferior àquele exercido atualmente pelos Estados Unidos em âmbito internacional, o que implica na ideia de que a liderança do Brasil se manifesta na escala do subcontinente sul-americano, configurando-se, portanto, como uma hegemonia regional. Esse tipo de influência não é observado em outras regiões quando nos referimos à atuação brasileira, o que posiciona o Brasil em um nível

intermediário, demandando cooperação com as potências que exercem uma hegemonia de primeira grandeza.

A COOPERAÇÃO ANTAGÔNICA NA CONJUNTURA DO ESTADO BRASILEIRO

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o Brasil estava inserido nos parâmetros que Marini denominava como uma forma de cooperação antagônica. Por meio da associação com potências mundiais externas, o país estabelecia uma hegemonia regional sobre outras nações dependentes, caracterizadas por baixos níveis de desenvolvimento econômico (LUCE, 2011).

As décadas seguintes foram marcadas por recessão, e a economia brasileira entrou em um período de estagnação. A crise enfrentada pela América Latina nos anos 1980, somada à posterior subordinação ao FMI, reduziu significativamente a influência do país no cenário regional. Somente a partir dos anos 2000 uma política semelhante àquela desenvolvida nos anos 1970 começou a ser reeditada.

> Já a década de 2000 apresenta um novo quadro político. Os efeitos negativos do projeto neoliberal resultaram em governos progressistas que passam a buscar maior autonomia em relação à influência norte-americana, como nos casos da Bolívia, Venezuela e Equador, abrindo novamente espaço para que o Brasil retomasse a cooperação antagônica com os EUA. (BUENO; SEABRA, 2009, p. 3).

As décadas anteriores, marcadas pela ascensão do neoliberalismo, do baixo crescimento econômico e do aumento da pobreza e das desigualdades sociais, trouxeram à tona governos nacionalistas que passaram a refutar em parte as políticas econômicas estadunidenses, favorecendo a reemergência do Brasil como líder regional.

Dessa forma, o Brasil voltou a se inserir na dinâmica da cooperação antagônica, pois, embora mantenha suas relações de subordinação com os Estados Unidos e outras potências de primeira grandeza, também exerce a função de líder regional com autonomia no contexto da América do Sul, especialmente no MERCOSUL.

Para ilustrar melhor essa situação, os quadros elaborados por Luce (2007), representados nas Figuras 2 e 3, buscam esclarecer a cooperação antagônica entre Brasil e Estados Unidos. Segundo o autor, a agenda de política externa é subdividida em duas áreas principais: liberalização econômica e estabilização/militarização. As variáveis a seguir são analisadas da seguinte forma: a Política Externa Brasileira (PEB), os interesses da PEB, os

interesses da Política Externa dos Estados Unidos (PE EUA) e o tipo de relação, sendo esta última positiva ou não para um dos Estados em questão.

Fato	*PEB*	*Interesse PEB*	*Interesse PE EUA*	*Tipo*
Agenda da liberalização				
Renegociação da dívida externa argentina pelo governo Kirchner	Crítica à moratória e à tática argentina de buscar renegociação vantajosa	Política econômica externa alinhada com o sistema financeiro internacional	Disciplinar governos ao sistema Wall Street-Tesouro-FMI	++
Negociações da ALCA	Crítica aos subsídios agrícolas e barreiras não-tarifárias dos EUA, mas sem caracterizar ALCA como plano imperialista dos EUA. Afirma ser possível "uma ALCA equilibrada" e propõe uma *ALCA Light*	Tática análoga à dos EUA: remete para a OMC temas considerados "sensíveis" para a economia brasileira. Garantir mercados para produtos brasileiros, sobretudo agronegócio	Forçar a abertura de mercados, sem abrir mão do protecionismo que praticam	+-
Negociações na OMC (Cancún)	Formação do G-20, recusando negociar os Temas de Cingapura sem redução de subsídios agrícolas	Ampliação do poder de barganha para extrair concessões para as exportações agrícolas	Liberalização dos Temas de Cingapura (compras governamentais, serviços, investimentos)	+-
Negociações na OMC (Hong Kong)	Participação no G-4, aceitando reduzir tarifas aduaneiras para industrializados e avançar na negociação sobre serviços. Em troca, obteve a promessa da diminuição dos subsídios agrícolas europeus e dos EUA para 2013	Interesses do agronegócio brasileiro	Interesses em conquistar mercados para produtos manufaturados e para ramos como serviços financeiros, entre outros	++
Autorização para cultivos transgênicos	Autorizou, no Brasil, a soja transgênica da Monsanto e outros cultivos geneticamente modificados	Interesses do agronegócio brasileiro, associado às corporações de sementes e herbicidas	Interesses de transnacionais de capital estadunidense como Monsanto e Cargill	++
IIRSA	Participação assertiva, com financiamentos volumosos do BNDES	Explorar contigüidade física da América do Sul para obter ganhos de escala e favorecer empresas brasileiras. Controle subimperialitas dos recursos naturais	Obter facilidades logísticas para o incremento do comércio e do controle dos recursos naturais	+-
Política dos agrocombustíveis	Aliança energética com Bush para o etanol	Controlar mercado mundial de etanol	Obter outras fontes energéticas e enfraquecer governos como o de Chávez, na América Latina	++

Figura 2: Cooperação antagônica Brasil – EUA quanto à agenda de liberalização. 2003 -2007. Fonte: Luce, (2007) p. 51 e 52.

Fato	*PEB*	*Interesse PEB*	*Interesse PE EUA*	*Tipo*
Agenda da estabilização/militarização				
Criação do "Grupo de Amigos" da Venezuela	Integra ao grupo diplomático EUA e Espanha, que participaram ativamente do golpe de 2002	Obter reconhecimento de Washington como mediador político	Legitimar oposição a Chávez e transmitir imagem dos EUA como país preocupado com a democracia na Venezuela	++
Crise boliviana de 2003	Negocia saída pacífica. Avião da Força Aérea Brasileira resgatou presidente deposto, Gonzalo Sánchez de Losada, e seu vice, Carlos Mesa, tomou posse	Obter prestígio como mediador regional. Garantir interesses da Petrobras preservando a institucionalidade	Impedir ascensão de forças antiimperialistas	++
Crise colombo-venezuelana de 2005 (fevereiro)	Atua, com Peru e Cuba, por saída diplomática, diferenciando-se da postura do Departamento de Estado de tentar isolar a Venezuela	Obter prestígio como mediador regional. Conter interferência na esfera de influência do Brasil na América do Sul	Tentativa de isolar o governo Chávez	+-
Plano Colômbia	Negativa em conceder bases, mas disposição de cooperação militar	Evitar ingerência externa na esfera de influência do Estado brasileiro	Busca pela regionalização do Plano Colômbia	+-
Crise equatoriana de 2005	Procura, novamente, solução pacífica, disponibilizando avião da FAB para Gutiérrez deixar o país. Toma posse o vice-presidente Alfredo Palacios	Obter prestígio como mediador regional. Preocupação com interesses da Petrobras	Impedir ascensão de força política adversa à manutenção da base de Manta. Preocupação com interesses da Oxy	+-
Invasão e golpe de Estado no Haiti sob direção de força militar franco-estadunidense	Não condena golpe e invasão e reconhece Gerard Latortue como presidente interino. Pontifica-se a integrar força de estabilização da ONU	Intenção de demonstrar capacidade de operação liderando força da ONU no Haiti, para habilitar-se a vaga no Conselho de Segurança	Manter controle de seu *hinterland* e poupar desgaste maior devido ao Iraque	++
Projeto de concessão aos EUA da Base de Alcântara (Maranhão)	Retirada do Projeto de Lei que tramitava na Comissão de Relações Exteriores do Congresso Brasileiro	Defesa da esfera de influência do Brasil. Programa Aeroespacial Brasileiro.	Expandir presença militar na região/ explorar posição privilegiada próximo à Linha do Equador	+-
Invasão do Iraque em 2003	Crítica ao unilateralismo e à violação ao direito internacional	Defesa da ONU e do multilateralismo	Busca de respaldo à intervenção no Oriente Médio	+-
Instalação de base dos Marine Corps, em Mariscal Estigarribia, no Paraguai	O governo brasileiro realiza, em resposta, manobras conjuntas do Exército e da Força Aérea na região de Foz do Iguaçu. O chanceler Celso Amorim declara que inexistem razões para uma base dos EUA na região	Evitar ingerência externa em sua área de influência. Crítica à presença militar dos EUA, mas em linha não-confrontativa	Agenda da militarização. Possível vínculo com controle dos recursos naturais	+-
Contencioso da venda de aviões militares à Venezuela	Reclamações sobre o veto dos EUA, mas obedecendo-o, ao final	Eliminar obstáculos para as exportações brasileiras de equipamento bélico	Impedir cooperação militar com governo Chávez	+-

Figura 3: Cooperação antagônica Brasil-EUA quanto à agenda estabilização/militarização 2003-2007. Fonte: Luce, (2007) p. 52 e 53.

A partir dos quadros anteriores, evidencia-se a postura brasileira de mediação entre as políticas econômicas e de estabilização militar entre os EUA e a América Latina. De maneira geral, o material demonstra, na última variável, a posição de "perde e ganha" em relação aos fatos.

Nesse sentido, destaca-se a rejeição à ALCA (Acordo de Livre Comércio das Américas), um acordo que, embora pertinente economicamente para os Estados Unidos, era desvantajoso para o Brasil e para a América Latina. O objetivo dos estadunidenses era abrir o mercado latino-americano enquanto mantinham protecionismo, cenário que levou à rejeição do acordo por parte do Brasil.

Outra questão significativa se refere à IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana), que, segundo Quintanar e López (2003), consiste em um plano com a finalidade de promover a integração da infraestrutura sul-americana em diversos setores, como energia, transporte e comunicações. Couto (2006) destaca ainda a participação do BNDES no financiamento dessas obras, incluindo a construção de gasodutos na Argentina e da Ruta 10 (rodovia) no Paraguai.

Quanto à agenda de estabilização/militarização o papel do Brasil tem sido mais atuante, principalmente quanto a mediação dos conflitos anti-imperialistas dos governos progressistas que se instalaram na América do Sul. Ao mesmo tempo procura manter sua posição de influência, de modo que, na maioria das situações expostas entrou em conflito com as posições estadunidenses.

No que se refere aos aspectos econômicos a tendência foi de seguir a posição de Washington, quando a questão foi a estabilização militar da região, o Brasil, muitas vezes, entrou em confronto quanto às medidas dos Estados Unidos. O que estabelece ou reestabelece a política de cooperação antagônica do Brasil com os EUA no que se refere às questões da América do Sul e MERCOSUL.

No que se refere aos aspectos econômicos, a tendência do Brasil foi, em muitos momentos, alinhar-se com a posição de Washington, especialmente quando a questão envolvia a estabilização econômica da região. No entanto, quando o tema se voltava para a estabilização militar da América Latina, o Brasil frequentemente entrou em confronto com as medidas adotadas pelos Estados Unidos. Esses momentos de divergência refletem a complexidade das relações entre o Brasil e os EUA, especialmente no contexto da América do Sul e do MERCOSUL, e são essenciais para entender a dinâmica da cooperação antagônica que caracteriza essa relação.

Embora o Brasil tenha buscado manter um paralelo com os Estados Unidos em várias áreas, especialmente no plano econômico, a postura crítica do país em relação a intervenções militares ou políticas de controle direto sobre a região sul-americana reafirma sua autonomia e posicionamento estratégico. Assim, o Brasil se insere em uma relação de cooperação antagônica com os EUA, equilibrando sua subordinação econômica com uma postura assertiva e autônoma nas questões de segurança e política externa regional, o que o coloca como um ator central no MERCOSUL e na integração da América do Sul. Essa postura reflete, portanto, o esforço do Brasil em manter uma liderança regional que, ao mesmo tempo, respeite os interesses globais, mas preserve sua independência nas questões políticas e militares da região.

O ESQUEMA TRIPARTITE DE REALIZAÇÃO DO CAPITAL NO BRASI: UM PARALELO ENTRE AS DÉCADAS DE 1960/1970 E O ÍNICIO DO SÉCULO XXI

Outra variável relacionada ao modelo de reprodução de capital subimperialista é o esquema tripartite de realização do capital, que é definido por três fatores principais: em primeiro lugar, a atuação do mercado externo; em segundo, o papel do Estado; e, em terceiro, o perfil de consumo interno.

Primeiramente, no que se refere ao mercado externo, é importante avaliar a relevância das exportações para a economia nacional de um determinado país. No caso do Brasil, Marini identificou que, entre as décadas de 1960 e 1970, o país utilizou o mercado externo como uma válvula de escape para o que era produzido internamente, uma vez que o mercado nacional ainda não era capaz de absorver a produção manufaturada (LUCE, 2011).

No cenário do início do século XXI ocorreu um aumento relativo nas exportações, quando comparado à participação das exportações no PIB nos anos 1960 e 1970, período em que Marini considerou o Brasil uma potência subimperialista. Esses dados são confirmados pelas os gráficos dispostos nas Figuras 4 e 5, dispostas na sequência.

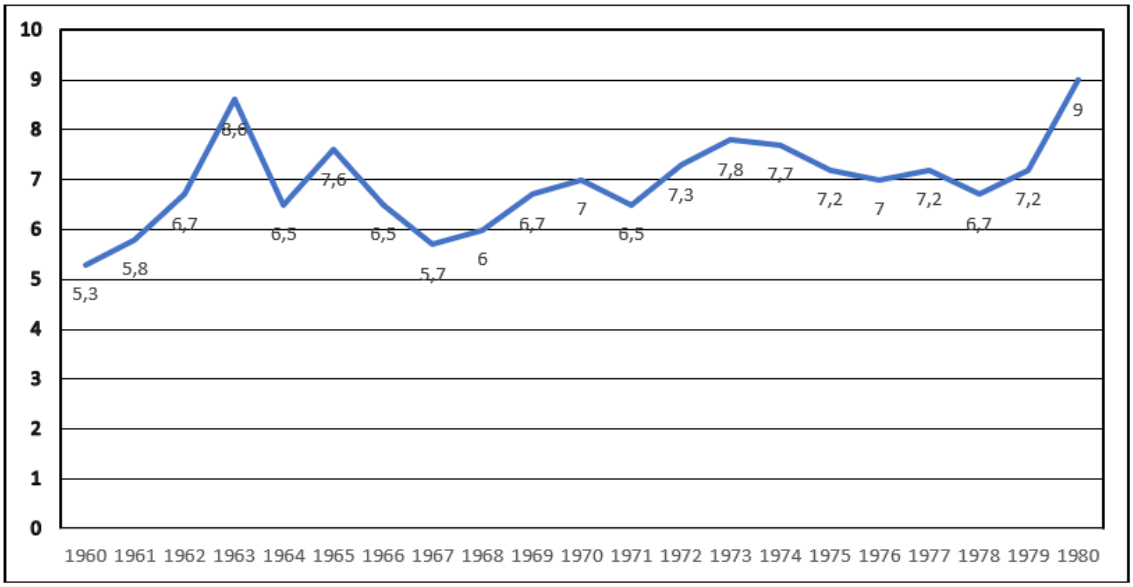

Figura 4: Participação das exportações de bens e serviços no PIB brasileiro – 1960 a 1980 (%). Fonte: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Contas Nacionais - diversas publicações, período 1947 a 1989; IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais

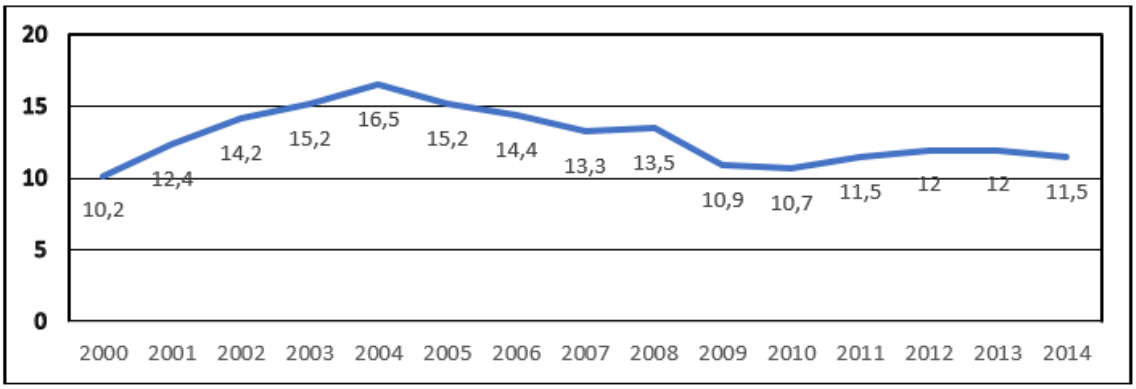

Figura 5: Participação das exportações de bens e serviços no PIB brasileiro – 2000 a 2014 (%) Fonte: Fundação Getúlio Vargas - Centro de Contas Nacionais - diversas publicações, período 1947 a 1989; IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Contas Nacionais

Entre os anos de 1970 e 1980, a participação das exportações brasileiras no PIB nunca atingiu 10%. No entanto, a partir de 2000, esse índice superou os 10% e se manteve acima desse patamar até 2014, último ano base desta análise. A participação das exportações no PIB foi, portanto, maior nesse período do que no período em que o Brasil foi considerado um Estado subimperialista (LUCE, 2011). Este dado corrobora a primeira parte do esquema tripartite de reprodução do capital.

Em segundo lugar, destaca-se o papel do Estado na dinâmica da economia. Segundo Luce (2011, p. 197), o Estado "desempenha seu papel mediante a criação de um complexo militar-industrial e de uma política de investimentos governamentais, créditos e subsídios estatais". Ou seja, o governo intervém na indústria e estimula a economia por meio de incentivos financeiros. De acordo com o IBGE, o PIB brasileiro foi de aproximadamente 5,52 trilhões de reais em 2014. Deste valor, 2,68 bilhões de reais foram destinados a gastos orçamentários da União, o que representa pouco mais de 50% do PIB em gastos públicos. Vale ressaltar, porém, que uma parte considerável desses recursos foi destinada ao pagamento de juros e amortizações da dívida pública, conforme ilustrado na Figura 6 (FATORELLY; ÁVILA, 2015).

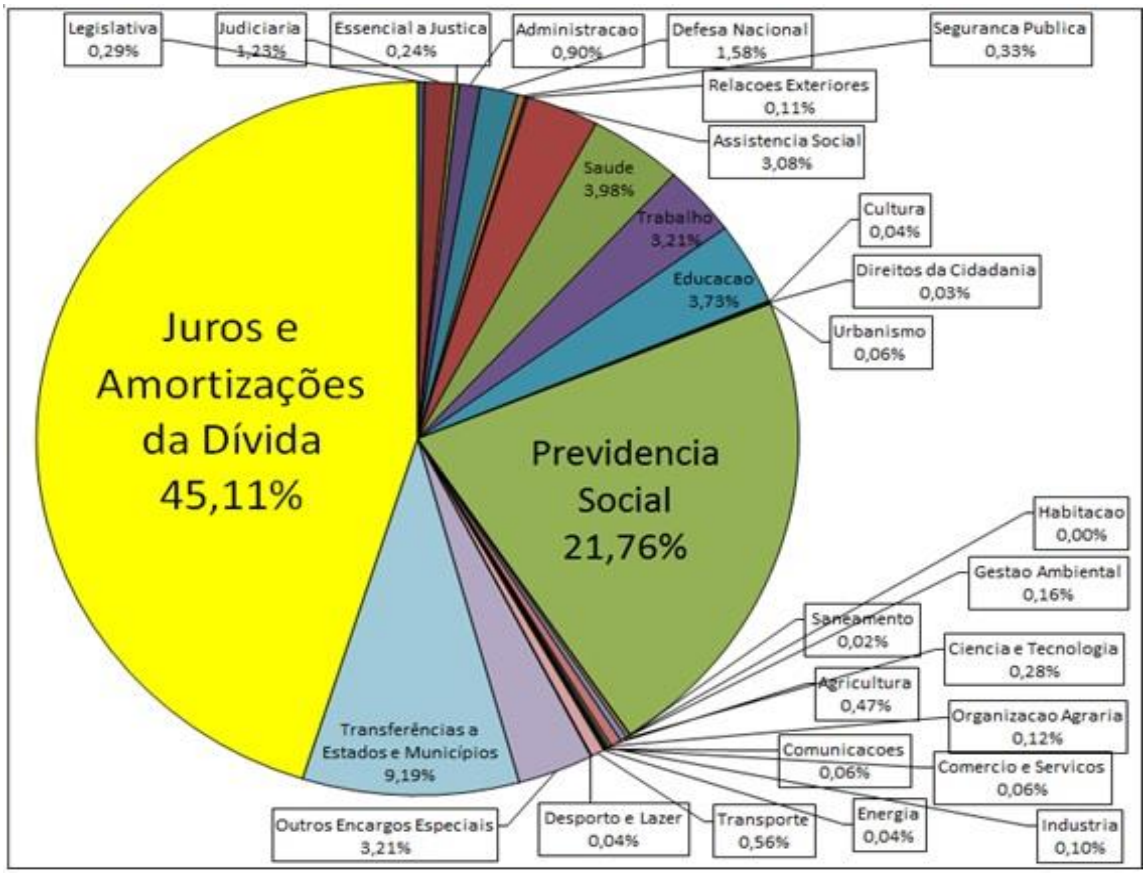

Figura 6: Orçamento geral da União em 2014
Fonte: Senado Federal. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida.

Os demais gastos representam 54,89% de todo o orçamento federal, o que equivale a aproximadamente 1,47 trilhões de reais. Quando comparado ao PIB brasileiro de 2014, esses gastos públicos correspondem a cerca de 25,88% do PIB. Vale destacar que esses números não consideram os gastos com empresas estatais nem os pagamentos aos bancos nacionais, que representam a maior parte da dívida pública brasileira atual. Portanto, os gastos totais com certeza ultrapassam 50% do PIB do país. Marini, conforme LUCE (2011, p. 197), fez uma contabilização semelhante ainda nos anos 1970: “Marini destacou que essa grandeza representava 20% do PIB em 1950 (excluindo os gastos das empresas governamentais) e, em 1969, 34% – cifra que chegaria à metade do PIB se fossem agregados os gastos das empresas governamentais federais.” Ou seja, os gastos públicos atuais são semelhantes aos registrados nos anos 1970, o que confirma o segundo fator de realização do capital no esquema tripartite.

Em terceiro lugar, a forma de consumo à qual a população destina seu orçamento completa o esquema tripartite de produção do capital. Nesse contexto, Marini observou, conforme aponta Luce (2011) que o consumo de produtos suntuários ganhava espaço em uma camada pequena da população. Esse fenômeno era possível devido à transferência de renda das classes sociais mais baixas, que ocorria a partir da superexploração do trabalho. O excedente gerado, que não poderia ser incorporado pelo restante da população, era destinado ao mercado externo como uma válvula de escape.

Atualmente, o consumo de produtos que antes eram considerados suntuários se popularizou. Luce (2013) destaca que isso ocorre devido ao novo perfil do trabalhador do século XXI. O fato de eletrodomésticos, antes considerados produtos suntuários, facilitarem as tarefas cotidianas e reduzirem o tempo dedicado a essas atividades contribui para uma maior carga de trabalho. Essa carga de trabalho adicional serve para quitar as dívidas da população, muitas vezes contraídas para adquirir esses mesmos aparelhos eletrodomésticos. Ou seja, houve acesso a esses produtos, mas acompanhado de um aumento na carga de trabalho e na exploração.

> Produtos que antes eram francamente suntuários, isto é, bens de consumo de luxo, com o tempo passaram à condição de bens de consumo corrente ou bens-salário, ou seja, bens de consumo necessário que fazem parte da cesta de consumo dos trabalhadores. Dois exemplos notórios, o televisor e a máquina de lavar, que eram bens suntuários nas décadas de 1960 e 1970 hoje são valores de uso encontrados inclusive nos lares de famílias que vivem em moradias precárias e com renda familiar abaixo do necessário. Tais valores de uso deixaram a condição de bens de luxo tanto porque o avanço da fronteira tecnológica barateou a sua produção como porque passaram a expressar necessidades que a sociabilidade capitalista colocou para os trabalhadores. (LUCE, 2013 p. 183).

O exemplo apresentado pelo autor também se refere aos avanços tecnológicos que contribuíram para a redução do custo dessas mercadorias. Graças a esses avanços, produtos que antes eram considerados artigos de luxo passaram a ser acessíveis a uma parcela maior da população.

No entanto, é importante ressaltar que, apesar de sua popularização, essas mercadorias ainda são consumidas em condições precárias. Muitas vezes, o acesso a esses bens ocorre por meio de longos prazos de pagamento, o que resulta em um alto nível de endividamento para os consumidores.

A dependência do crédito e a adesão a financiamentos com condições desfavoráveis acabam tornando esses produtos, que deveriam facilitar a vida cotidiana, uma fonte de pressão financeira para muitas famílias. Como demonstra a Figura 7, essa dinâmica de consumo não implica em uma melhoria significativa na qualidade de vida, mas sim em um aumento das dívidas, o que reforça a condição de exploração e subordinação social.

Participação dos estratos de renda (1) no consumo de eletrodomésticos (%)

Ano	A e B	C	D e E
2002	55,16	26,61	18,23
2010	37,11	44,67	18,22

Estratos de renda e situação financeira familiar no cadastro de devedores (2) (%)

Estratos de renda	Adimplente	Inadimplente
Até R$ 600,00 (E)	4	2
De R$ 601 a R$ 905 (D)	15	15
De R$ 906 a R$ 1.375 (C2)	19	19
De R$ 1.337 a R$ 2.200 (C1)	20	28
De R$ 2.201 a R$ 3.285 (B2)	26	22
De R$ 3.286 a R$ 7000 (B1)	12	11
De R$ 7.001 a R$ 11.100 (A2)	3	1
Mas de R$ 11.000 (A1)	2	1

% famílias inadimplentes que recebem abaixo do salário mínimo necessário

64% (3)

Nota: (1) A: mais de 20 salários mínimos; B: de 10 a 20 salários mínimos; C: de 3 a 10 salários mínimos; D: de 1 a 3 salários mínimos; E: menos de 1 salário mínimo. (2) Classificação da Confederação Nacional dos Dirigentes Logistas (CNDL) (3) sem considerar famílias da porção inferior do estrato B2 na classificação da CNDL, que integram a faixa de renda C da PNAD, o que faz o percentual ser ainda maior.

Figura 7: Consumo de eletrodomésticos e endividamento das famílias por extratos de renda
Fonte: Luce, 2013. Adaptação: autor.

Nota-se nos dados da tabela presente na figura anterior o aumento da inadimplência na chamada classe C, bem como a ampliação do consumo de produtos eletrodomésticos. Já as classes D e E permanecem no mesmo patamar de 2002, ou seja, não entraram ativamente nesse mercado. Como já mencionado anteriormente, tais condições foram possíveis devido ao aumento das horas trabalhadas. Entre 1990 e 2004, o número de assalariados que ultrapassaram sua carga horária legal aumentou, o que sugere uma intensificação da superexploração do trabalho. Esse fenômeno legitima, em parte, o terceiro fator de realização do capital no esquema tripartite.

COMPOSIÇÃO ORGÂNICA MÉDIA DO CAPITA, CAPITAL FINANCEIRO E MONOPÓLIOS

Este fator está relacionado à posição do Estado dependente em sua atuação na divisão internacional do trabalho, bem como ao grau de operação do capital financeiro e dos monopólios na economia de determinado país. Luce (2011) escreve que Marini considerou esses dois fatores em conjunto, uma vez que ambos abordam o mesmo processo.

Nos anos 1970, o fluxo de capital se deslocava para os países periféricos, e, nesse contexto, o Brasil se tornou o maior beneficiário, sendo o maior receptor desses capitais. Esse fator incentivou o crescimento das indústrias de bens duráveis no país e ampliou o consumo suntuário. Um dos setores que mais cresceu naquele momento foi o automobilístico, que teve um aumento quase duas vezes superior à média do Brasil (LUCE, 2011).

A partir do século XXI, observa-se um aumento significativo da participação brasileira no mercado internacional. Os investimentos diretos do país no exterior, entre 2000 e 2008, ultrapassaram os 70 bilhões de dólares, quase sete vezes mais do que nos 20 anos anteriores. Os investimentos em carteira superaram os 6 bilhões de dólares, três vezes mais do que no total dos anos 80 e 90.

No total, foram mais de 134 bilhões de dólares investidos, o que representa o dobro da atuação registrada nos anos 90 e mais de vinte vezes a quantidade dos anos 80 (BUENO; SEABRA, 2009). A atuação brasileira no exterior aumentou de forma significativa, o que também ampliou a presença de empresas de capital nacional fora das fronteiras do país. Todo esse investimento gerou retorno e incentivou o surgimento de grandes multinacionais brasileiras, conforme demonstrado no quadro disponível na Figura 8.

Companhia	Setor	Onde atua				
		AL	AN	EU	AP	OT
Gerdau	Ferro e Aço	X	X	X	-	-
Construtora Norberto Odebrech	Construção Civil	X	X	X	X	X
Companhia Vale do Rio Doce	Mineração	X	X	X	X	X
Petrobrás	Petróleo e Energia	X	X	X	X	X
Marcopolo	Carrocerias de Ônibus	X	-	X	X	X
Sabó	Autopeças	X	X	X	-	-
Construtora Andrade Gutierrez	Construção Civil	X	-	X	X	X
WEG	Equipamentos Elétricos	X	-	X	X	-
Embraer	Aviões	-	X	X	X	-
Tigre	Tubos plásticos e conexões	X	-	-	-	X
Votorantim Cimentos	Cimento	-	X	-	-	-

Figura 7: Atuação das Multinacionais brasileiras no mundo
Fonte: Bueno e Seabra, 2009.

O quadro anterior demonstra que, apesar de serem empresas de expressão mundial, a principal concentração das operações dessas corporações no exterior está alocada na América Latina e na Europa. Este dado revela que, embora com uma presença internacional significativa, o foco dessas empresas ainda está fortemente voltado para regiões geográficas mais próximas ao Brasil, o que pode ser interpretado como uma estratégia de expansão gradual e de fortalecimento de sua posição no mercado regional.

Outro fator a ser considerado é o ramo de atuação dessas corporações, que estão majoritariamente concentradas em setores como recursos naturais, construção civil e produtos para construção civil, com exceção das empresas Embraer e Marcopolo, que atuam em setores específicos de aviação e transporte, respectivamente. Vale destacar que as atuações dessas empresas são, em grande parte, monopolísticas ou oligopolísticas, o que fortalece seu poder de mercado e sua capacidade de influência. Como apontam Bueno e Seabra (2009), essa característica monopolística é uma das principais estratégias adotadas pelas empresas brasileiras para consolidar sua posição no mercado global, permitindo-lhes uma maior margem de lucro e controle sobre os setores em que atuam.

A consolidação de grandes corporações nacionais no cenário internacional reflete a evolução do Brasil enquanto potência subimperialista, com um modelo de exportação de capital que visa não apenas maximizar os lucros das empresas brasileiras, mas também ampliar sua hegemonia regional e global. Ao expandir sua presença em mercados estratégicos, especialmente na América Latina e Europa, o Brasil fortalece sua posição como um centro de poder econômico, consolidando sua liderança regional. Esse processo permite que o país exerça influência sobre nações periféricas, ao mesmo tempo em que busca aumentar sua competitividade no mercado global. O crescimento dessas corporações reflete a adaptação do Brasil a um sistema global interconectado, onde o controle de setores-chave, como recursos naturais e infraestrutura, é fundamental para manter sua relevância econômica. Deste modo:

> [...] as multinacionais brasileiras passam a desempenhar na Bolívia (Petrobrás respondia, em 2006, por 17% do PIB do país), Paraguai (95% da produção de soja cabe a grandes produtores brasileiros), Argentina (Camargo Correa compra a empresa Loma Negra e controla 50% do mercado de cimento; e a JBS Frigoboi compra a Swift Argentina e controla o mercado de carnes), Peru (a Votorantim Metais controla aproximadamente 62% da produção de zinco no país) e Uruguai (as exportações de carne controladas por empresas brasileiras chegaram, em 2006, a 25% do total), mostrando o grande peso econômico e político que os empreendimentos brasileiros exercem nestes países. (BUENO; SEABRA, 2009, p. 8 e 9).

Entre os monopólios destacados, encontram-se principalmente os países fronteiriços da América do Sul, incluindo todos os membros fundadores do MERCOSUL. As principais multinacionais brasileiras, especialmente no ramo industrial de produtos primários, absorvem uma grande fatia dos respectivos mercados, com parcelas que chegam a atingir valores significativos.

Ressalta-se, portanto, a ampliação do caráter de investimento brasileiro do ponto de vista financeiro e monopolista no exterior, principalmente no âmbito da América do Sul, onde o Brasil encontra maior facilidade devido à proximidade geográfica e ao bloco econômico do MERCOSUL, que oferece vantagens para essas atividades. Essas vantagens permitem que as corporações brasileiras se destaquem em detrimento de multinacionais de outros continentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme já abordado anteriormente, o pressuposto deste material envolve elencar um paralelo entre a teoria do subimperialismo de Ruy Mauro Marini e a atuação geopolítica do

Brasil entre os anos de 2002 e 2014. Nesta conjuntura, a questão central seria: considerar ou não o Brasil um Estado imperialista dentro do contexto do MERCOSUL, ou até mesmo de toda a América do Sul?

Para responder a essa questão, foi necessário compreender o conceito de imperialismo. O termo se resignificou ao longo da história, mas sempre esteve associado à dominação, ao monopólio industrial e financeiro. Nesse contexto, observou-se que o Brasil não ocupa o topo da escala mundial nesses aspectos; no entanto, também não é uma nação pouco significativa no comércio global, estabelecendo-se como um meio termo. Esse meio termo foi descrito por Ruy Mauro Marini, nos anos 1960 e 1970, quando o autor percebeu a hegemonia local do Brasil, que desempenhava um papel de interlocutor entre as nações mais poderosas e as sul-americanas, com uma crescente instalação industrial, avanço significativo no mercado financeiro, aumento do consumo de produtos suntuários e o surgimento de empresas monopolistas em nível regional.

A política de hegemonia regional brasileira é significativa e se manifesta em diversos âmbitos de relação, como econômicos, políticos e sociais. Economicamente, o Brasil possui grandes vantagens em índices de importação, exportação e saldo da balança comercial, com um parque industrial consideravelmente superior e uma crescente produção de tecnologia. O reconhecimento dessa ordem é amplamente disseminado por toda a região, com quase todos os países adotando o português como segundo idioma nas escolas, o que demonstra a tendência de uma universalização cultural refletida em políticas regionais com consequências sociais.

A cooperação antagônica se configura pela mediação entre as forças imperialistas no cenário mundial, com destaque para os Estados Unidos. Embora não seja possível romper relações com um parceiro tão forte, também não se pode permitir que este prejudique o Brasil no contexto regional. Diversos interesses de brasileiros e estadunidenses entraram em choque ao longo do tempo, destacando-se, entre outros, a tentativa de implementação da ALCA e a criação de bases militares na América do Sul. Essas situações conflituosas, que por vezes beneficiaram o Brasil e em outras não, evidenciam o poder de negociação do país e a anuência local em permitir tal papel.

O esquema tripartite de realização do capital se estrutura por meio de três fatores essenciais: o mercado externo, o papel do Estado e o consumo suntuário. No que diz respeito ao mercado externo, as exportações brasileiras estão entre as maiores do mundo, com

destaque para sua presença predominante na América do Sul. Quanto ao papel do Estado, o Brasil tem adotado políticas subsidiárias para incentivar a agricultura e a indústria, com destaque para o BNDES, que financia obras tanto no Brasil quanto no exterior, principalmente nos países sul-americanos. Além disso, os gastos públicos com funcionalismo, estatais e políticas sociais têm desempenhado papel importante nesse contexto. O consumo suntuário, por sua vez, ampliou as desigualdades sociais no Brasil. Embora o consumo de produtos como eletrodomésticos, antes considerados suntuários, tenha se expandido significativamente, ele se dá principalmente por meio da maior disponibilização de créditos a partir do século XXI. Contudo, esse consumo, ao ser financiado por crédito, tem levado ao endividamento de muitas famílias, o que, em vez de melhorar a situação econômica das mesmas, tem agravado o planejamento orçamentário, ampliando, assim, as desigualdades.

A composição orgânica média do capital, que abrange o capital financeiro e os monopólios, caracteriza-se pela posição de uma nação no comércio internacional, o que inclui a presença significativa de empresas monopolistas em determinados setores e sua atuação no mercado financeiro. No caso do Brasil, grandes empresas têm se destacado em áreas específicas e adotado práticas monopolistas em diversos países, muitos deles sul-americanos, incluindo os membros do MERCOSUL.

A metodologia de análise de Ruy Mauro Marini, explorada por Luce (2011), oferece uma compreensão essencial da liderança brasileira no período abordado neste estudo, entre 2002 e 2014. Nos anos 1970, o Brasil se consolidou como uma possível potência regional subimperialista, e os dados apresentados aqui sugerem que o país tenha retomado essa posição no início do século XXI. No entanto, as questões econômicas se tornaram mais dinâmicas e rápidas com o avanço da globalização e da sociedade em rede. Os anos de 2014 e 2015, por exemplo, marcaram uma desaceleração nos índices econômicos em comparação com os anos anteriores, além de um cenário político turbulento, com a destituição do governo petista que dominou o período em questão. A geopolítica brasileira experimentou um recrudescimento semelhante ao observado nas décadas de 1980 e 1990, a partir desse ponto.

REFERÊNCIAS

BUENO, Fábio Marvulle; SEABRA, Raphael Lana**. A teoria do subimperialismo brasileiro:** notas para uma (re)discussão contemporânea. 6º Colóquio Internacional de Marx e Engels, Unicamp. Campinas, 2009.

BUGEL, Talia. **O Ensino das Línguas do MERCOSUL:** Aproximando-se da maioridade. Latin American Research Review, Vol. 47, Special Issue, 2012.

COUTO, Leandro Freitas**.** A Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-americana – IIRSA como instrumento da política exterior do Brasil para a América do Sul. **Revista Oikos**. Vol. 5, No 1. 2006.

FATORELLI, Maria Lúcia; ÁVILA, Rodrigo. **Gastos com a Dívida Pública em 2014 superaram 45% do Orçamento Federal Executado.** Auditoria cidadã da dívida. 2015. Disponível em: <http://www.auditoriacidada.org.br/e-por-direitos-auditoria-da-divida-ja-confira-o-grafico-do-orcamento-de-2012/#_edn1> Acesso em: 30/01/2016.

LUCE, Mathias Seibel**. O subimperilismo brasileiro revisitado:** a política de integração regional do governo Lula. Dissertação. Mestrado em Relações Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2007.

LUCE, Mathias Seibel**. A teoria do subimperialismo em Ruy Mauro Marini:** contradições do capitalismo dependente e a questão do padrão de reprodução do capital. A História de uma categoria. Tese. Doutorado em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, 2011.

LUCE, Mathias Seibel. Brasil**: Nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora?** Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 169-190, jan./abr. 2013.

MARINI, Ruy Mauro. **La acumulación capitalista mundial y cl subimperialismo**. Cuadernos Políticos, n. 12, Era, México, abr.-jun., 1977.

MARTINS, Alexandre Luís Ponce. **Subimperialismo no Brasil e mobilidade da força de trabalho: considerações referentes à Região Sul e o Mercosul**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2016.

QUINTANAR, Silvia; López, Rodolfo. **O Plano de Ação para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul americana (Iirsa):** oportunidades e riscos. Seu significado para o Brasil e a Argentina. Rev. bras. polít. int., vol.46, no.1, p.213-221. 2003.

SAVEDRA, Mônica Maria Guimarães. **O português no MERCOSUL.** Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa, no 39, p. 175-184, 2009.

Recebido em 16/04/2023

Aprovado em 20/11/2024